



## **ATA Nº177 / 2021**

### **ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SANTA MARTA DE PORTUZELO**

Aos vinte e nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia de Freguesia de Santa Marta de Portuzelo, nesta freguesia de Santa Marta de Portuzelo e no edifício da Junta de Freguesia, com a presença de todos os elementos, conforme convocatória elaborada pelo seu Presidente, em sessão ordinária, estando ainda presente o Presidente, a Secretária e o Tesoureiro do Executivo. Tendo a presente a seguinte ordem de trabalhos:

**Ponto 1:** Período antes da ordem do dia;

**Ponto 2:** Informação do Presidente da Junta;

**Ponto 3:** Discussão e votação do Plano de Atividades e Orçamento do ano de 2022, Plano Plurianual de Investimentos;

**Ponto 4:** Discussão e votação do Mapa de Pessoal para o ano 2022;

**Ponto 5:** Votação/Autorização para a Junta de Freguesia estabelecer protocolos com diversas entidades;

**Ponto 6:** Discussão e votação do Regulamento e Tabela Geral de Taxas, para o ano de 2022;

**Ponto 7:** Intervenção do público;

**Ponto 8:** Votação da ata em minuta.

Tomou a palavra o Presidente da Assembleia, Pedro Quesado da Rocha, que começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Junta e restante Executivo, os Membros da Assembleia e público presente. Esclareceu, ainda que esta assembleia foi limitada no número de pessoas do público devido à situação atual provocada pela pandemia covid-19.

Antes de iniciar a ordem de trabalhos, sugeriu a criação de um grupo de trabalho para revisão e atualização do atual regimento da Assembleia de Freguesia de Santa Marta de Portuzelo. Propôs que este

grupo de trabalho fosse constituído por elementos das duas bancadas, PS e Coligação PSD/CDS, sugerindo que fosse constituído por dois elementos de cada bancada, juntamente com mais um elemento que será o Presidente da Mesa da Assembleia. Questionou depois a bancada da Coligação PSD/CDS, no sentido de entender, se estariam interessados em fazer parte deste grupo de trabalho e quais seriam os elementos.

Tomou a palavra Orlando Lopes Parente Antunes, em representação da bancada da Coligação PSD/CDS e informou que estarão presentes com dois elementos: Orlando Lopes Parente Antunes e Maria Elisabete Parente Oliveira Meixedo.

Tomou a palavra o Presidente da Assembleia, Pedro Quesado da Rocha e informou que os elementos da bancada do PS seriam Lino Ricardo Soares Rodrigues e Ana Rita Dias Pereira. Referiu ainda, que o Presidente da Assembleia, irá funcionar como elemento neutro, como mediador do processo de atualização e revisão do regimento da Assembleia de Freguesia de Santa Marta de Portuzelo. Acrescentou, ainda, que o objetivo é apresentar uma proposta de revisão do regimento na próxima assembleia ordinária.

### **Ponto 1: Período antes da ordem do dia**

O Presidente da Assembleia, Pedro Quesado da Rocha, deu início ao período antes da ordem do dia, informando que as atas das sessões anteriores já tinham sido apreciadas e votadas e informou os presentes que no intervalo de tempo entre a tomada de posse e esta Assembleia não foi rececionada correspondência. De seguida informou, que foi rececionado um voto de louvor da bancada do PS e um voto de louvor por parte da bancada da coligação PSD/CDS.

Solicitou a Sílvia Isabel Cruz da Silva, da bancada do PS, a leitura do voto de louvor rececionado. O voto de louvor encontra-se em anexo a esta ata.

Procedeu-se à votação do voto de Louvor à Major Liliana Rocha proposto pelo Partido Socialista, tendo sido aprovado por unanimidade.

A seguir, o Presidente da Assembleia, solicitou a Orlando Lopes Parente Antunes, da bancada da coligação PSD/CDS, a leitura do voto de louvor rececionado. O voto de louvor encontra-se em anexo a esta ata.

Procedeu-se à votação do voto de Louvor a Iúri Gabriel Dantas Leitão proposto pela Coligação PSD/CDS, tendo sido aprovado por unanimidade.

Tomou a palavra o Presidente da Assembleia, Pedro Quesado da Rocha, informando que neste ponto 1, qualquer membro das bancadas poderia fazer a sua inscrição na mesa para fazer a sua intervenção, referindo que neste ponto podem realizar qualquer tipo de questões sobre assuntos da administração da Freguesia ou apreciação de assuntos de interesse local.

Tomou a palavra, Sílvia Isabel Cruz da Silva, da bancada do PS, que após os cumprimentos destacou o início de uma nova era em Santa Marta de Portuzelo e reiterou a sua disponibilidade na busca do melhor para a freguesia. Felicitou ainda o Executivo por algumas das diversas atividades levadas a cabo nos últimos meses nomeadamente; Magusto; Chegada do Pai Natal; Presépios nos lugares e caminhada solidária. Salientou, ainda, a forma como todos os santamartenses participaram nas atividades, pondo de lado crenças e cores partidárias. Referiu também a resposta positiva ao repto lançado para as atividades de limpeza do Souto de Santa Marta e Avenida Comendador Parente Ribeiro. Salientou que os tempos não são fáceis, mas que a união de todos aqui presentes, não terá outro objetivo a não ser o bem comum, em prol de todos e para todos os santamartenses. Mencionou, ainda o problema que nos assola nestes dois últimos anos provocado pela pandemia, cito “mudou definitivamente as nossas vivências, queremos enaltecer todos aqueles que abdicam diariamente do seu conforto para ajudar o próximo - profissionais de saúde, forças de segurança e socorro”. Acrescentou também uma palavra de apreço e coragem para todos aqueles que sofrem, neste momento, as consequências desta pandemia, terminando com esperança e referindo que dias melhores virão.

Tomou a palavra, Orlando Lopes Parente Antunes, da bancada da coligação PSD/CDS, que após os cumprimentos, questionou o Executivo sobre alguns pontos desde a sua tomada de posse. Questionou, sobre o estado em que este Executivo encontrou a Junta de Freguesia de Santa Marta de Portuzelo, em termos financeiros e administrativos. Questionou o Executivo, sobre as atividades realizadas, mencionando para ficar registado em ata o seguinte: “no passado dia 14 de novembro de 2021, realizou-se o magusto em Santa Marta, onde foram convidadas várias associações e outras personalidades desta freguesia e registamos com algum desanimo que não foi endereçado qualquer convite aos vogais da freguesia eleitos pela coligação PSD/CDS.” Questionou quanto foi despendido pelo erário público na iluminação de Natal e também questionou como foi realizada esta contratação publica, solicitando a cópia do respetivo contrato. Questionou se existiu algum custo com o evento da chegada do Pai Natal e também com a construção dos presépios realizados em todos os lugares da freguesia. Por último abordou uma publicação realizada pelo Executivo na página do Facebook da Junta de Freguesia, no dia 15-12-2021, passando a citar: “Viana é Natal, uma das atividades da nossa agenda cultural seria dar continuidade ao concurso "Eu Compro no Comércio Local" com o intuito de promover o comércio da freguesia e criar envolvimento com a comunidade local. Após análise da legislação verificou-se que a Junta de Freguesia não tem enquadramento jurídico para levar a cabo esta atividade. Neste sentido, e de forma a poder valorizar o comércio da nossa freguesia, solicitamos o apoio da Associação Empresarial de Viana do Castelo (AEVC), que neste momento se encontra a desenvolver uma atividade idêntica, para poder englobar também os comerciantes da nossa freguesia à qual a mesma prontamente se mostrou disponível para o fazer, o que desde já a Junta de Freguesia de Santa Marta de Portuzelo agradece. Iniciamos no dia 14 de dezembro a visita aos comerciantes para dar a conhecer o regulamento desta atividade e a pretensão, ou não, de poderem participar na mesma. Apelamos à população para comprar no comércio local, valorizando o trabalho dos nossos comerciantes e, desta forma, poderem habilitar-se ao sorteio

levado a cabo pela AEVC. Para os interessados, o regulamento poderá ser consultado na página da AEVC.” Referiu, que se iniciou no dia 14-12-2021 o contacto com os comerciantes de Santa Marta de Portuzelo quando o concurso iria iniciar no dia 15-12-2021. Acrescentou que o concurso iniciou no dia 3-12-2021 e acabaria no dia 31-12-2021 e desta forma os comerciantes, “apanharam a corrida a meio”. Menciona, ainda, que foi com perplexidade que recebeu a notícia do Executivo, quando este comunicou que o concurso não podia ser realizado nas condições dos anos anteriores pois a Junta de Freguesia não tinha enquadramento jurídico para a realização do mesmo. Acrescentou que tratou-se de um concurso que se insere nas competências de apoio a atividade económica local artigo 16.º n.º 1 al. o) e v) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. Nos termos do artigo 1.º DL n.º 422/89, de 02 de Dezembro “Jogos de fortuna ou azar são aqueles cujo resultado é contingente por assentar exclusiva ou fundamentalmente na sorte.” Consagra o artigo 159.º DL n.º 422/89, de 02 de dezembro – 1- Modalidades afins dos jogos de fortuna ou azar são as operações oferecidas ao público em que a esperança de ganho reside conjuntamente na sorte e perícia do jogador, ou somente na sorte, e que atribuem como prémios coisas com valor económico predeterminado à partida. 2 - São abrangidos pelo disposto no número anterior, nomeadamente, rifas, tómbolas, sorteios, concursos publicitários, concursos de conhecimentos e passatempos. 3 - Sempre que qualquer modalidade afim do jogo de fortuna ou azar ou outras formas de jogo atinjam tal incremento público que ponham em perigo os bons costumes, ou esteja em causa a honestidade dos respetivos resultados, o membro do Governo responsável pela área governativa da administração interna ou o presidente da câmara municipal do município em cujo território se realize e quando a este se circunscreva tomará as medidas convenientes à proteção dos interesses ofendidos, reprimindo ou restringindo a exploração e prática de tais modalidades.”

Dispõe o artigo 161.º DL n.º 422/89, de 02 de dezembro “1 - Não é permitida a exploração de qualquer modalidade afim do jogo de fortuna ou

azar e outras formas de jogo referidas no artigo 159.º por entidades com fins lucrativos, salvo os concursos de conhecimentos, passatempos ou outros, organizados por jornais, revistas, emissoras de rádio ou de televisão, e os concursos publicitários de promoção de bens ou serviços. 2 - Os concursos excecionados no número anterior não poderão ocasionar qualquer dispêndio para o jogador que não seja o do custo normal de serviços públicos de correios e de telecomunicações, sem qualquer valor acrescentado, ou do custo do jornal ou revista, com comprovada publicação periódica há mais de um ano, cuja expansão se pretende promover, ou ainda do custo de aquisição dos produtos ou serviços que se pretende reclamar. 3 - As modalidades afins do jogo de fortuna ou azar e outras formas de jogo referidas no artigo 159.º não podem desenvolver temas característicos dos jogos de fortuna ou azar, nomeadamente o póquer, frutos, campainhas, roleta, dados, bingo, lotaria de números ou instantânea, totobola e totoloto, nem substituir por dinheiro ou fichas os prémios atribuídos.”

A exploração de modalidades afins dos jogos de fortuna ou azar enquadrar-se nas atribuições e competências transferidas para a administração local pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, concretizadas pelo Decreto-Lei n.º 98/2018, de 27 de novembro; (vide art.º 28.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto) 1 - É da competência dos órgãos municipais autorizar a exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo, com exceção dos jogos sociais e apostas desportivas à cota de base territorial. 2 - A transferência das competências previstas nos números anteriores é definida por decreto-Lei, nos termos do n.º 1 do artigo 4.º))

Do que precede, parece-nos que o concurso que foi considerado sem enquadramento jurídico por este executivo afinal tinha jurídico para a realização do concurso e solicitou ao Executivo que fosse entregue à bancada do PSD/CDS, o parecer jurídico ou despacho que refere a não existência do enquadramento jurídico para a realização do concurso. Solicitou, cópia da declaração do Executivo sobre este assunto.

Questionou, também o Sr. Presidente da Junta quem autorizou o concurso, qual o valor pago a título de taxas, quem recebeu os cinco euros pagos pelos comerciantes, quantos comerciantes aderiram, quantos blocos foram comprados, custos da adesão ao concurso, se existiu alguma contribuição na aquisição de prémios, se foi paga alguma caução e por último questionou o Presidente da Junta de Freguesia, quais foram os benefícios para os comerciantes de Santa Marta de Portuzelo que participaram neste concurso. Acrescentou, que nenhuma das lojas de Santa Marta estava na lista das lojas aderentes ao concurso e questionou também a ausência de publicidade sobre as lojas de Santa Marta aderentes nos órgãos de comunicação da Junta.

Por último, mencionou que este concurso, ao contrário do promovido pelo Executivo anterior, não trouxe qualquer benefício para a economia local e solicitou ao Executivo caso tenha algo, um parecer que mostre uma ilicitude deste concurso pois não lhe parece de bom tom e justiça terem feito este post no Facebook e solicitou caso se confirme as alegações que referiu que publicamente fosse retratada esta situação e fosse reposta a verdade se do ponto de vista jurídico ela seja conforme a bancada da coligação PSD/CDS acha que o é.

Tomou a palavra, Márcio Filipe Martins Vieira, da bancada do PS, que após os cumprimentos, reiterou as palavras da colega de bancada, Sílvia Isabel Cruz da Silva, no sentido de felicitar o Executivo pelas atividades desenvolvidas até à data, ressaltando o apoio às instituições de solidariedade da freguesia e aos mais desfavorecidos. Analisou, ainda o plano de atividade previsto para 2022, onde felicitou o Executivo pela rápida resposta e rapidez no início da execução das promessas lançadas em campanha. Questionou, ainda o Executivo sobre os passos já efetuados junto das entidades competentes para as primeiras obras a realizar na freguesia. Por fim, questionou o ponto de situação do alargamento do cemitério e o ponto de situação das obras de requalificação do Souto da Silva.

Tomou a palavra o Presidente da Assembleia, solicitando a intervenção do Presidente da Junta, para responder às questões colocadas.

O Presidente do Executivo, Nuno Miguel Farias Ferraz, começou por felicitar o Presidente da Assembleia e restantes membros da mesa, cumprimentou as bancadas do PS e da coligação PSD/CDS e o restante público presente. De seguida, e quanto à intervenção de Orlando Lopes Parente Antunes, relativamente às questões levantadas do estado em que se encontrava a Junta de Freguesia, o Presidente começou por referir que a nível organizacional estava bem organizada e estruturada. Ao nível orçamental, o anterior Executivo não evidenciou na ata de transição nenhuma dívida, mas referiu que a Junta de Freguesia tinha um saldo positivo de aproximadamente mil e duzentos euros.

Relativamente ao Magusto, mencionou que não existiu qualquer tipo de convite a nenhum membro da Assembleia, nem a nenhum santamartense específico, frisou ainda que só convidaram as associações para o apoio na realização do evento.

No tocante à iluminação de Natal, o Presidente do Executivo, referiu que o valor da iluminação de Natal, foi de mil e oitocentos euros, mais iva, pago em duas prestações. Acrescentou que tem o contrato e que foi realizado um pedido de orçamento a três empresas tendo sido adjudicado à empresa que atribuiu o valor mais baixo.

Quanto ao evento dos presépios realizados em todos os lugares da freguesia a Junta de Freguesia não teve qualquer encargo, nem custo. Foram os santamartenses que responderam e aderiram ao repto lançado pelo Executivo. Em seguida, esclareceu também que com o evento da chegada do Pai Natal, tiveram apenas o custo com as ofertas para as crianças de cem euros e com a decoração da casa do Pai Natal que é propriedade da Junta de Freguesia. Informou ainda que terão mais custos com as fotografias, através de uma parceria que tem com um fotógrafo santamartense, referindo que as crianças podem ir levantar as fotografias que posteriormente serão pagas pela Junta de Freguesia em função do número de fotografias levantadas.

Quanto às questões relativas ao concurso compre no comercio local, onde frisou que efetivamente o elemento da bancada do PSD-CDS, realizou uma apresentação bastante exaustiva ao nível da legislação, referiu que o Executivo teve algumas dúvidas, na realização do concurso e por isso questionou a SGMAI (Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna), dando nota que depois de feito o enquadramento jurídico recebeu a seguinte resposta por email: “Assim a Junta de Freguesia não pode fazer a iniciativa, uma vez que o comercio não é um serviço da Junta de Freguesia, terá de ser uma Associação de Comerciantes a solicitar a autorização”, finalizou dizendo, “Isto é a resposta que tivemos da SGMAI”. Acrescentou que perante esta resposta o Executivo optou por não realizar o concurso nas condições que tinham sido realizadas nos anos anteriores. Informou, ainda, que a divulgação do concurso foi realizada nas redes sociais da AEVC – Associação Empresarial de Viana do Castelo, destacando que desconhecia a ausência dos comerciantes de Santa Marta na lista das lojas aderentes e iria questionar a AEVC relativamente a essa ausência. Deu nota que o concurso não tem qualquer custo para os comerciantes, a Junta de Freguesia em parceria com a AEVC assume os custos e informou que o acordo com a AEVC foi de duzentos euros em função do número de blocos que serão distribuídos pelos comerciantes. Concluiu dizendo que este valor era o mesmo caso tivessem que atribuir os prémios diretamente aos comerciantes e considera haver benefícios tanto para o comércio como para os fregueses de Santa Marta porque é um concurso onde há uma probabilidade de ganhar prémios que podem ser usados em qualquer loja aderente, inclusive as de Santa Marta.

A seguir, quanto à intervenção de Márcio Filipe Martins Vieira, relativamente às obras no cemitério, o Presidente informou que neste momento a obra está em fase de registo do terreno, acrescentou que iriam proceder à reunião com o solicitador nos primeiros quinze dias de janeiro. Informou, ainda que após o registo do terreno, vão decorrer todos os trâmites normais para a realização do projeto em parceria com a Câmara

Municipal de Viana do Castelo. Assim, mencionou que a expectativa é iniciar a obra até ao final de 2022.

No tocante à obra no Souto da Silva, acrescentou que já foi apresentado o projeto inicial à Câmara Municipal, referiu, ainda que a Câmara Municipal, deu abertura para alterar e realizar um projeto mais abrangente, requalificando na integra todo o espaço do Souto da Silva. Finalizou que neste momento estão a aguardar essa mesma revisão por parte do projetista.

## **Ponto 2: Informação do Presidente da Junta**

O Presidente da Junta de Freguesia tomou a palavra para destacar alguma informação constante no documento fornecido. Assim, e no tocante às informações à Assembleia, deu nota da alteração do horário de funcionamento da secretaria da Junta de Freguesia. Informou que foram agendadas as reuniões do Executivo para a primeira segunda-feira de cada mês, referindo que caso coincida com feriados, a mesma passará para a segunda-feira seguinte. Assinalou que foi definido o horário de atendimento do Executivo, para as quintas-feiras das catorze horas até às dezanove horas e trinta minutos. De seguida, enumerou todos os contactos e participações do Presidente e dos restantes membros do Executivo realizados entre os dias vinte e oito de outubro e o dia vinte e sete de dezembro. Relativamente às ações e atividades desenvolvidas, a informação segue em anexo a esta ata.

No tocante à escola básica de Santa Marta de Portuzelo, referiu que a Junta de Freguesia mantém a parceria de delegação de competências e procedeu-se ao fornecimento de material higiénico e de limpeza, realizaram-se intervenções ao nível da pichelaria, iluminação, carpintaria e estores. Acrescentou, ainda, que foram realizadas um conjunto de medidas no combate à pandemia, nomeadamente, através da colocação de sinalética à entrada do cemitério e restabelecimento de gel desinfetante nos diversos doseadores que estão colocados no cemitério, caixa multibanco, escola Fonte Grossa e secretaria da Junta de Freguesia.

Referiu também que foram adquiridos novos equipamentos de proteção para os funcionários da Junta de Freguesia.

Relativamente à situação financeira o Presidente transmitiu sobre as dívidas a fornecedores, que todas as despesas correntes contratadas pela Junta de Freguesia e que não estão sujeitas a deliberação da Câmara Municipal, estão a ser pagas no máximo a 30 dias. Sinalizou, ainda, todas as deliberações em aberto, esta informação segue em anexo a esta ata. No tocante à situação fiscal da junta de freguesia, informou que não apresenta quaisquer dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira, à Segurança Social e à ADSE. Por fim, revelou todas as receitas e despesas, até ao dia vinte e oito de dezembro, assim como a taxa de execução. A informação detalhada segue em anexo a esta ata.

### **Ponto 3: Discussão e votação do Plano de Atividades e Orçamento do ano de 2022, Plano Plurianual de Investimentos**

O Presidente da Junta de Freguesia tomou a palavra para referir que o Plano de Atividades é um documento muito importante para a gestão da freguesia, onde o Executivo expressa as suas opções, linhas orientadoras e prioridades de atuação.

No entanto, referiu que o plano de atividades está fortemente condicionado pelos fundos legais atribuídos a esta Freguesia, nomeadamente, o Fundo de Financiamento das Freguesias, as receitas provenientes do IMI, os valores referentes às competências delegadas pela Câmara Municipal de Viana do Castelo, bem como as receitas referentes às atividades da Junta de Freguesia. Frisou que tem consciência de que é obrigação deste Executivo, a sua função principal, reconhecer as dificuldades, adaptar-se e reinventar receitas por forma a resolver os compromissos assumidos perante os nossos habitantes. Referiu também que este plano de atividades, foi elaborado de forma participada, cumprindo o Estatuto do Direito da Oposição. O Executivo reuniu, no passado dia 30 de novembro de 2021, com a Oposição, representada pela bancada da coligação PSD/CDS, onde apresentaram as suas propostas. No dia 2 de dezembro reuniu com os Membros da bancada do PS onde

também apresentaram as suas propostas. Informou que este Executivo tem como principais aspetos dar continuidade a projetos já iniciados no mandato anterior e que estão a decorrer, dotar a freguesia de infraestruturas, pavimentação e outros acessos que facilitem a mobilidade dos cidadãos, articulação e colaboração com as várias associações e coletividades da freguesia, ampliação e requalificação da drenagem da rede de saneamento, ampliação do cemitério, dotar a freguesia de equipamentos de lazer que proporcionem o bem-estar e prática de desporto, dinamização cultural da freguesia dando ênfase a artesãos santamartenses e envolvimento da população com o órgão Executivo para colaborar em parceria possibilitando a informação privilegiada.

Relativamente à rubrica receitas e despesas o Presidente da Junta de Freguesia deu nota que aproximadamente 114 mil euros que constam em despesas de capital para 2022 transitam de obras que estão por fechar, deliberadas no presente ano de 2021.

Toda a informação detalhada, e documento do Plano Anual de Atividades segue em anexo a esta ata.

Interveio António Manuel Negrão Antunes, da bancada da coligação PSD/CDS, que começou por cumprimentar a mesa, agradeceu os votos de boas festas endereçados pelo Presidente da Assembleia aquando da convocatória, desejou boas festas ao Executivo, aos colegas de bancada, aos eleitos do PS e ao público presente. Antes de se pronunciar sobre o Plano de Atividades, deu nota que o Plano de Atividades tem data de dia de 16 de dezembro, congratulou o Executivo pela publicação das atas das reuniões do Executivo e informou que a ata do dia 16 ainda não está publicada. Questionou se a ata existe, se está disponível e se pode ser apresentada. A mesma foi apresentada minutos depois pelo Executivo. Continuou dando nota que o Plano de Atividades resume efetivamente os programas que foram a sufrágio no passado dia 26 de setembro, dizendo que o programa do PSD, para quatro anos era mais realista, condizendo com as reais necessidades da freguesia e que o do PS era mais emblemático, com obras de bandeira e com um espaço temporal mais longínquo.

Congratulou o Presidente da Junta por incluir algumas das propostas da sua bancada no Plano de Atividades, mas lamentou não ter dito que o alargamento do cemitério é uma proposta da bancada da coligação PSD/CDS, passando a citar parte do manifesto eleitoral do PS para concluir que o alargamento do cemitério não é uma proposta do PS mas sim da coligação PSD/CDS. Passou a ler algumas das propostas apresentadas no manifesto destacando as que seriam implementadas no primeiro ano de mandato caso tivessem ganho as eleições. Realçou que a primeira seria o alargamento do cemitério e sinalizou as propostas da sua bancada que foram consideradas no Plano de Atividades pelo atual Executivo, cujos pormenores podem ser consultados no documento em anexo.

Referindo-se ao Plano de Atividades salientou que a requalificação do Souto da Silva também estava no programa eleitoral do PSD/CDS e referiu que a Festa das Associações já tinha sido feita pelo anterior Executivo, pelo que não deveria ter a designação “Criar a Festa das Associações”. Sugeriu relativamente a aquisição de carrinha de transporte de pessoas para auxílio das Associações que a Junta de Freguesia adquirisse sim uma carrinha para substituir a atual porque para as Associações a Câmara Municipal proporciona todos os anos verbas para se candidatarem para a aquisição de viaturas. Assim a sugestão da bancada coligação PSD/CDS é que essa verba fosse utilizada para se renovar a frota automóvel da Junta de Freguesia.

Para concluir ressaltou que talvez a grande obra que irá começar, o alargamento do cemitério, é uma proposta da coligação PSD/CDS e que esta não existia no manifesto do PS.

Interveio Pedro Quesado da Rocha, como elemento da bancada PS, para prestar alguns esclarecimentos. Começou por referir que aquilo que parece ser um aproveitamento político, relativamente ao cemitério, é na realidade um ato de boa gestão. Efetivamente o PS no seu manifesto não tinha previsto a obra de alargamento do cemitério e chamou a atenção, apelando ao raciocínio, recordando que esse assunto foi do seu conhecimento por uma entrevista dada pelo anterior Presidente da Junta

de Freguesia num jornal regional algures no primeiro trimestre de 2021 onde dizia que o alargamento do cemitério seria o maior desafio do próximo Executivo. Acrescentou que também não poderia deixar de estranhar que essa necessidade só tenha surgido nessa altura, dando nota que certamente esse problema já foi diagnosticado há muito mais tempo. Posto isto questionou o Presidente da Junta sobre o estado atual deste processo? Porque é que ele nunca avançou nos anos anteriores? Referiu que podem estar aqui subjacentes problemas que talvez tenham muitos anos e podem não ser de resolução fácil.

Continuou dizendo que aquilo que o Executivo fez após a instalação foi inteirar-se do estado atual da Junta da Freguesia, ouviu todos os *stakeholders*, nomeadamente o anterior Executivo e reconheceu que efetivamente o cemitério era uma necessidade. Concluiu dizendo que não faria sentido o Executivo deixar de fazer uma obra que acabou de concluir como sendo prioritária só porque não constava do seu manifesto eleitoral, acrescentando que a bancada do PS e esta Assembleia de Freguesia tomarão sempre como válidas quaisquer recomendações ou propostas apresentadas pela bancada da coligação PSD/CDS porque efetivamente o interesse é o desenvolvimento da freguesia e o bem-estar dos santamartenses. Terminou dizendo que no final de 2022 faremos o balanço e aí se verá se o início da obra no cemitério foi ou não a grande obra do ano.

Tomou a palavra o Presidente do Executivo para apresentar o Plano Plurianual de Investimentos. Segue em anexo a esta ata o documento completo com toda a informação detalhada.

O Presidente da Assembleia tomou a palavra para informar que estes documentos terão de ir a votação. O Plano de Atividades e Orçamento do ano de 2022 foi aprovado com cinco votos a favor da bancada do Partido Socialista e quatro abstenções da bancada da coligação PSD/CDS. O Plano Plurianual de Investimentos foi aprovado com cinco votos a favor da bancada do Partido Socialista e quatro abstenções da bancada da coligação PSD/CDS.

#### **Ponto 4: Discussão e votação do Mapa de Pessoal para o ano 2022**

Tomou a palavra o Presidente do Executivo para referir que este mapa é a continuação do documento do ano 2021, ressaltando que existe um lugar vago para pedreiro e que existe a expectativa no decorrer do ano 2022 de preencher esta vaga.

Interveio Orlando Lopes Parente Antunes, da bancada coligação PSD/CDS, referindo, que há uma necessidade de atualização das categorias que constam do Mapa de Pessoal de acordo com a atual legislação da contratação pública, colocando os contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado e contratos de trabalho em funções públicas a termo resolutivo que pode ser certo ou incerto. Trata-se de um pormenor técnico, mas do ponto vista jurídico é importante que conste no documento.

Acrescentou que este quadro de pessoal se encontra manifestamente desatualizado. Como tal, entende que há uma oportunidade que o Executivo podia aproveitar, conforme já transmitido na reunião de preparação, que esta vaga de pedreiro podia ser junto da Câmara e da DGAL proposto a alteração por uma outra vaga de outra categoria mais atualizada a criar. Esta alteração não irá aumentar o quadro, infelizmente, uma vez que é opinião da bancada da coligação PSD/CDS que o quadro de pessoal deveria ser aumentado, mas sim ir às reais necessidades atuais da Junta de Freguesia que se calhar não passa pelo preenchimento desta vaga de pedreiro, mas sim uma vaga numa outra categoria profissional mais atualizada, uma vez que hoje em dia recorre-se ao outsourcing sobre estas matérias relacionadas com a construção civil.

De seguida, foi colocada a proposta a votação, sendo que a mesma foi aprovada com cinco votos a favor da bancada do Partido Socialista e quatro abstenções da bancada da coligação PSD/CDS. O mapa segue em anexo a esta ata.

#### **Ponto 5: Votação/Autorização para a Junta de Freguesia estabelecer protocolos com diversas entidades**

O Presidente do Executivo tomou a palavra para informar que foi submetido o pedido de autorização e aprovação para estabelecer protocolos com as diversas instituições, que seguem no documento anexo a esta ata.

De seguida, foi colocada a proposta a votação e esta foi aprovada por unanimidade.

#### **Ponto 6: Discussão e votação do Regulamento e Tabela Geral de Taxas, para o ano de 2022;**

O Presidente do Executivo tomou a palavra para informar que foram alteradas três taxas, nomeadamente a taxa de atestado de prova de vida, o atestado de residência e os outros atestados que foram ajustados. Passaram de 2,5 euros (dois euros e cinquenta cêntimos) para 3 euros (três euros). Esta alteração deveu-se à aplicação da fórmula de cálculo onde se verificou que o valor cobrado para estas taxas era insuficiente para cobrir os custos associados.

O documento segue em anexo a esta ata.

De seguida, foi colocada a proposta a votação e esta foi aprovada por unanimidade.

#### **Ponto 7: Intervenção do público**

Interveio Luís Gil Quesado Rocha Reis que após os agradecimentos feitos aos presentes manifestou a sua felicidade com o atual momento de Santa Marta. Concluiu desejando a todos um bom ano.

Interveio Sandrina Isabel Mendes Lima Sousa, onde agradeceu aos santamartenses a participação na realização dos presépios e questionou o presidente da junta relativamente aos *lucros* obtidos pelos mesmos.

Interveio Pedro Manuel de Oliveira Campos Monteiro Vaz, que felicitou o atual Executivo pelas iniciativas levadas a cabo até ao momento, nos dois meses de trabalho desde a tomada de posse. De seguida colocou um conjunto de perguntas ao Presidente da Junta de Freguesia. Questionou como decorreu a transição de poderes entre este e o anterior Executivo, questionou, ainda, relativamente às deliberações em

falta, relativas às ruas de Portuzelo e do Regedor, uma vez que as referidas obras já se encontram concluídas. Questionou qual é ao dia de hoje o montante da dívida da Câmara Municipal de Viana do Castelo para com a Junta de Freguesia de Santa Marta de Portuzelo e qual é à verba transferida mensalmente pela Câmara Municipal de Viana do Castelo para a Junta de Freguesia de Santa Marta de Portuzelo. Continuou questionado, o Sr. Presidente da Junta se tinha conhecimento de que um dos pinheiros e/ou presépio estaria a ser iluminado com recurso à energia proveniente da rede pública, acrescentando que a ser verdade, entende ser grave, tanto mais que a atividade dos Presépios é promovida pela Junta de Freguesia de Santa Marta de Portuzelo. Interrogou, o Executivo se mandatou alguém para fazer o anúncio desta iniciativa antes mesmo de o Executivo o ter feito. Acrescentou, que esta iniciativa foi anunciada pelo Executivo nas redes Sociais no dia 29/11/2021, mas refere que a mesma iniciativa parece ter tido um pré-anúncio cerca de 10 dias antes numa reunião de catequistas que decorreu no Centro Paroquial. Por último, acrescenta que Junta de Freguesia de Santa Marta de Portuzelo deu notícia de que o Executivo tinha reunido com o Sr. Presidente da Câmara a 20/11/2021. Questionou se esta reunião foi com o Executivo, uma vez que estavam presentes outras pessoas para além dos três elementos do Executivo. Refere, ainda, se eventualmente não ocorreu um erro de comunicação, questionando se foi uma reunião com o Executivo, ou uma reunião de Executivo mais a Assembleia de Freguesia, ou se uma reunião do Executivo mais uma parte da Assembleia de Freguesia ou se por fim, uma reunião com a lista do Partido Socialista. Concluiu desejando a todos um feliz ano.

Interveio Vítor José Amorim Fernandes Soares, que após os cumprimentos e desejando um bom ano para todos, solicitou ao Presidente da Junta de Freguesia para diligenciar junto das autoridades e forças de segurança mais patrulha, devido aos acontecimentos de vandalismo e assaltos que têm ocorrido na freguesia.

O presidente do Executivo tomou a palavra para prestar alguns esclarecimentos e responder às questões levantadas.

Assim, e em resposta a Sandrina Isabel Mendes Lima Sousa, relativamente aos lucros obtidos pelos presépios, frisou que quando o representante do movimento de caridade cristã se dirigiu à Junta de Freguesia para levantar os donativos, teve de voltar para trás para trazer outra viatura para transportar os donativos, realçando que o contributo dos santamartenses superou as expectativas. Acrescentou, ainda, que será certamente uma iniciativa a repetir nos próximos anos.

Em resposta a Pedro Manuel de Oliveira Campos Monteiro Vaz, relativamente ao processo de transição da Junta de Freguesia para o atual Executivo, referiu que é muita informação em pouco tempo e acrescentou que é um processo difícil de conciliar com todo o trabalho que já foi desenvolvido desde a tomada de posse mas concluiu que a transição correu bem. Relativamente às deliberações, informou que não existiu nenhum pedido oficial, no entanto, acrescentou que o Executivo já reuniu com o Presidente da Câmara a solicitar essas mesmas verbas, informando que a resposta que obteve, foi que só em 2022 é que iriam ocorrer. Relativamente ao montante que é transferido da Câmara Municipal para a Junta de Freguesia, acrescentou que são aproximadamente dez mil euros que são transferidos de dois em dois meses, devido ao acordo de competências que tem com a Câmara Municipal de Viana do Castelo. Relativamente aos presépios de Natal, o Presidente referiu, que não tinha qualquer tipo de conhecimento da ligação de alguns à rede de luz pública. Acrescentou, que o presépio do lugar da Fonte-Grossa, está ligado à rede de luz do palco do souto de Santa Marta, mas com autorização da Junta de Freguesia. Quanto à questão da comunicação dos presépios, informou que o Executivo realizou uma reunião cerca de dez dias antes dessa comunicação, com as sete pessoas responsáveis pelos presépios de cada lugar. Salientou, ainda, que se ocorreu alguma fuga de informação, a junta não pode ser responsabilizada por essa questão. No tocante à reunião com o Presidente da Câmara de Viana do Castelo, informou que esta foi solicitada pelo próprio Presidente da Câmara e foi solicitado a presença dos elementos do partido socialista. Terminou acrescentando que se a comunicação realizada pela Câmara Municipal, foi que era

reunião do Executivo, a Junta de Freguesia não pode ser responsabilizada por esse erro.

Em resposta a Vítor José Amorim Fernandes Soares, devido aos acontecimentos de vandalismo e assaltos que tem decorrido na freguesia, o Presidente da Junta de Freguesia, informou que iria efetuar todas as diligências juntamente da GNR e das entidades competentes.

Por fim, desejou a todos os presentes um Bom Ano 2022, com muito sucesso e saúde.

### **Ponto 8: Votação da ata em minuta**

Procedeu-se à leitura da ata em minuta, pelo 1ºsecretário da Assembleia de Freguesia, Lino Ricardo Soares Rodrigues, tendo sido aprovada por unanimidade.

Terminada a reunião o Presidente da Assembleia deu por terminados os trabalhos, agradecendo a participação de todos e desejando a um feliz ano de 2022 com muito sucesso muita saúde.

Em anexo a esta ata serão arquivados os seguintes documentos:

- Voto de Louvor a Major Liliana Rocha
- Voto de Louvor a Iúri Gabriel Dantas Leitão
- Informação do Presidente
- Plano de Atividades e orçamento do ano de 2022
- Plano Plurianual de Investimento
- Mapa Pessoal 2022
- Autorização para protocolar 2022
- Regulamento e Tabela de Taxas 2022
- Ata em minuta.

Santa Marta de Portuzelo, 29 de dezembro de 2021  
Assembleia de Freguesia de Santa Marta de Portuzelo

---

(Pedro Quesado Da Rocha)

---

(Lino Ricardo Soares Rodrigues)

---

(Ana Rita Dias Pereira)

---

(Sílvia Isabel Cruz da Silva)

---

(Márcio Filipe Martins Vieira)

---

(Orlando Lopes Parente Antunes)

---

(António Manuel Negrão Antunes)

---

(Judite de Jesus Rodrigues Sôra)

---

(Maria Elisabete Parente Oliveira Meixedo)